

Dívida: Brasil suspende pagamento de US\$ 1 bilhão.

O governo comunica a decisão ao Clube de Paris. Não é confronto, mas proteção às nossas reservas, diz Bresser.

O governo brasileiro comunicou ontem oficialmente ao Clube de Paris e aos bancos de exportação/importação de países desenvolvidos a suspensão do pagamento de cerca de um bilhão de dólares. "Não temos reservas para dar e vender", afirmou o ministro da Fazenda, Bresser Pereira (foto), ao explicar a suspensão dos pagamentos de parte do principal da dívida brasileira com bancos e organismos oficiais reunidos no Clube de Paris.

"É uma medida de proteção das nossas reservas, não uma atitude de confronto com os credores oficiais", disse o ministro Bresser Pereira, depois de confirmar a suspensão dos pagamentos. Os débitos brasileiros com bancos oficiais ficaram de fora da moratória de 20 de fevereiro passado e tinham sido até parcialmente reescalados, em janeiro deste ano.

O ministro disse ainda que a decisão brasileira de estender a moratória a parte dessa dívida foi consequência da quebra de um dos pontos do acordo fechado em janeiro, pela equipe do então ministro Dilson Funaro: o compromisso de que as agências oficiais voltariam a conceder novos créditos ao Brasil já a partir da assinatura do acordo.

"Os bancos não faziam esses desembolsos. Parece que os governos se solidarizaram com os banqueiros de seus países", disse o ministro Bresser. O ministro afirmou também que as reservas brasileiras estão estáveis, depois de caírem nos dois meses seguintes à moratória, e devem aumentar de hoje em diante.

As dívidas que tiveram seu pagamento suspenso ontem foram todas feitas antes de 31 de março de 83, para vencer este ano. A parte do principal que venceu no primeiro semestre foi reescalada no acordo de janeiro por seis anos, com três de carência, mas o entendimento estava sujeito a uma avaliação positiva da economia brasileira por parte do FMI, e a um acordo com os bancos privados, até o dia 15 de julho próximo.

Com a mudança de ministro e o atraso na elaboração do Plano da nova equipe, o FMI não teve tempo de fazer a

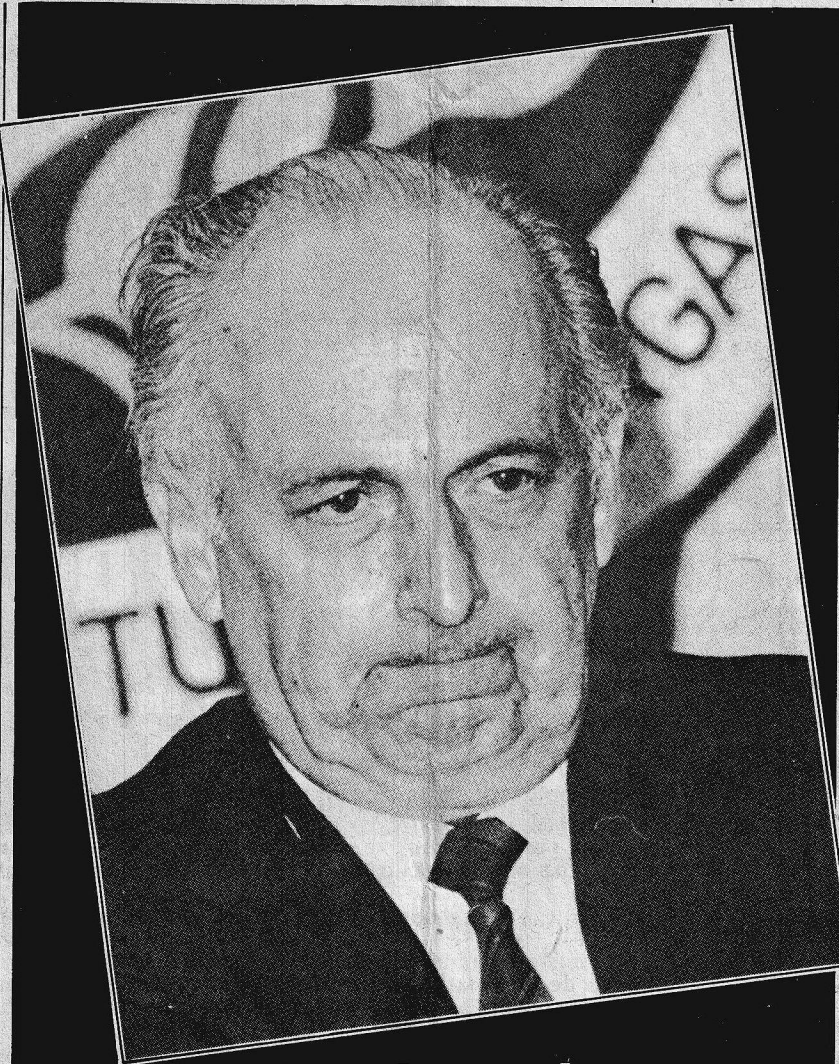
avaliação (a equipe do Fundo está no Brasil, à espera do plano macroeconômico do ministro Bresser). O governo brasileiro ainda tentou uma prorrogação do prazo, mandando a Paris em junho o embaixador Rubem Barbosa, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Mas o Clube concedeu um prazo insuficiente, informou ontem o embaixador, explicando nota à imprensa distribuída pelo gabinete do ministro Bresser. O governo resolveu então apenas comunicar ao Clube a necessidade de um novo prazo, e suspender os pagamentos dessa parcela da dívida, que deveriam ser feitos em três vezes, do final de julho a dezembro deste ano, se não houvesse o pronunciamento do FMI.

Já a parcela do principal que vence a partir de 1º de julho não tinha sido incluída no acordo de janeiro, nem era previsto seu reescalonamento, e não se que ocorressem "circunstâncias imprevistas fora do controle brasileiro", segundo a nota do MF. O governo brasileiro considerou circunstância desse gênero a necessidade de preservar as reservas e a manutenção do bloqueio das agências oficiais a novos créditos para o Brasil, e suspendeu também o pagamento dessas dívidas. A soma das duas parcelas chega a cerca de um bilhão de dólares, e não inclui os juros sobre o saldo total da dívida, que continuam a ser pagos, assim como todos os compromissos — juros e principal — assumidos depois de 31/3/83. Esses pagamentos farão com que o Brasil tenha um saldo negativo de 1,9 bilhão de dólares nas transações com o Clube em 87, mesmo depois da suspensão dos pagamentos do principal.

O Plano de Controle Macroeconômico ainda não está pronto, disse ontem o ministro Bresser Pereira. Ele afirmou que não vai levar o plano amanhã ao presidente Sarney, como chegou a ser anunciado. "Talvez na semana que vem", disse o ministro da Fazenda.

"Um plano é uma coisa difícil de ser feita", respondeu o ministro à pergunta sobre as causas do atraso. Bresser disse que a redução do déficit público deste ano para 3,5% está praticamente fechada. "Já chegamos bem perto desse número", afirmou.



Na origem da decisão, a falta de entendimento.

O fator determinante da suspensão do pagamento das amortizações do principal da dívida brasileira às instituições governamentais de crédito foi a recusa dos governos credores de restabelecerem o fluxo de financiamentos ao Brasil, após o acerto com o Clube de Paris, segundo informações de fontes da área econômica. O pedido de prorrogação do pagamento dos débitos, encaminhado há três semanas ao Clube de Paris, foi uma derradeira tentativa de evitar o desgaste da ampliação da moratória. Ao negar a solicitação, os governos credores empurraram o Brasil para essa alternativa.

O governo brasileiro esperava contar com esse fluxo de novos financiamentos para utilizá-lo no pagamento dos débitos, de acordo com o propósito de não mais reduzir as limitadas reservas do País. O governo brasileiro e seus credores do Clube de Paris até hoje não se entenderam sobre a questão do retorno do fluxo dos financiamentos. O Banco Central e o Ministério da Fazenda, cujos funcionários negociaram o ajuste concluído na madrugada de 20 de janeiro, garantem que implicitamente ficou o compromisso do restabelecimento.

Os credores dizem que, nessa matéria, não vale o implícito, mas o que ficou documentado, e neste caso não há nenhum compromisso formal. Alguns representantes de países podem ter acenado com a possibilidade porém de maneira informal, e ainda assim na dependência da adoção de uma providência que muitos credores acusam o Brasil de não ter tomado: a formalização dos acordos bilaterais, não só para a definição dos valores dos créditos, país a país, como das condições de pagamento.

De fato, essa negociação bilateral tem sido feita vagorosamente, sob a alegação — da parte brasileira — de desencontros nas contas apresentadas pelos dois lados. Os credores, no entanto, preferem dizer que houve despreocupação por parte do Banco Central, que destaca apenas dois funcionários para cuidar do assunto, apesar da sua complexidade.

Embora seja declinante a posição das reservas, face aos pagamentos que têm sido feitos e às remessas autorizadas, elas não influíram decisivamente no sentido de ampliar a moratória, pois mesmo que tivesse ocorrido uma recuperação ao nível de fevereiro deste ano, para US\$ 3,9 bilhões, ainda assim elas não seriam utilizadas para pagar os débitos aos governos credores. Fontes parlamentares com acesso à área econômica acreditam que as reservas efetivamente disponíveis estão entre US\$ 2 e US\$ 2,5 bilhões, não resistindo, evidentemente, a uma erosão resultante do pagamento de uma conta de US\$ 1 bilhão, a quantia que o País teria de desembolsar até o fim do ano se não tivesse recorrido à suspensão dos pagamentos aos governos credores.

A recuperação do superávit comercial — US\$ 946 milhões em maio e expectativa de US\$ 1,2 bilhão em junho — promoverá uma reposição das reservas. Mas as fontes insistem em que o número de US\$ 3,5 bilhões, a que frequentemente tem sido referido as autoridades, abrange ativos pertencentes ao Banco do Brasil no montante de US\$ 1 bilhão e que em condições normais não são contabilizados como reservas imediatamente disponíveis.

Milano Lopes

Sem pagar, Brasil muda estilo.

"O governo não paga porque não tem dinheiro e vai continuar não pagando. A diferença é que o ministro Bresser Pereira não paga, mas não agride os credores, enquanto o ministro Funaro não pagava e ainda queria tripudiar sobre os credores", afirmou ontem em Porto Alegre o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Fecrasul), César Rogério Valente, ao se manifestar sobre a anunciada decisão do Brasil de ampliar a moratória.

O dirigente empresarial ressaltou que não se pode esquecer que "o Brasil, na cenário internacional, continua tão desacreditado quanto antes, continua não pagando suas contas. Há uma crise de credibilidade e confiança".

César Rogério Valente não acredita que a ampliação da moratória, anunciada como uma atitude de defesa das reservas cambiais e não como agressão aos credores, provoque uma retaliação por parte dos credores internacionais. No seu entender, "talvez mais do que pela conjuntura, as retaliações podem advir do resultado da Constituição". No seu entender, há uma preocupação por parte dos banqueiros internacionais em relação "ao comportamento xenofóbico quanto à presença do capital estrangeiro", manifestado em algu-

mas proposições apresentadas na Constituinte.

O diretor-geral do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), Walter Barelli, afirmou ontem em Campo Grande que "a posição dos sindicalistas foi sempre de exigir do governo providências energéticas em relação aos credores brasileiros, porque o trabalhador não pode ser sacrificado para atender a interesses dos banqueiros internacionais".

Com relação à posição tomada pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, ao afirmar no Congresso Nacional que o programa do PMDB não deve ser seguido como uma bíblia, disse que "esse choque deve ser discutido pelos peemedebistas". Naturalmente o partido tem suas regras que devem ser observadas, acrescentou.

Walter Barelli, ao comentar os recentes incidentes ocorridos no Rio de Janeiro, ocasionados pelo aumento das tarifas do transporte coletivo, afirmou que "a medida foi tomada por uma autoridade sensível com relação aos problemas sociais, que não conhece esses problemas. O Brasil vive o maior arrocho salarial de sua história e isso ainda vai trazer muitas consequências, que espero não sejam estas".

Para o Clube de Paris, nenhuma surpresa. A preocupação é com o relatório do FMI.

A extensão da moratória para os créditos junto ao Clube de Paris, isto é, créditos garantidos pelos governos, não chegou a surpreender a comunidade financeira internacional que, na véspera, já havia anunciado que o Brasil se encontrava numa "moratória de fato", pois nenhuma negociação havia sido concluída para o reescalonamento de créditos junto ao Clube de Paris, cujos vencimentos deveriam ocorrer a partir de 1º de julho.

Desde que o Clube de Paris, em carta enviada a Brasília, considerou insatisfatórias as alternativas apresentadas pelo embaixador Ruben Barbosa e Antônio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central, já se esperava que o Brasil interrompesse parcialmente o pagamento dos juros de vencimentos a partir de 1º de julho.

Isso não deverá, entretanto, provocar dificuldades mais agudas junto aos bancos, principalmente no que diz respeito às linhas de curto prazo que têm sido renovadas normalmente, o que permitirá aos

bancos brasileiros no Exterior continuar operando. Essa moratória não provoca uma ruptura nos contatos que estão se desenvolvendo junto ao Clube de Paris e Fundo Monetário Internacional. Na verdade, a expectativa dos bancos privados e mesmo dos governos europeus, países membros do Clube, diz respeito ao relatório do FMI sobre a evolução da economia brasileira e que deverá estar concluído rapidamente, após a passagem por Brasília de uma missão técnica do Fundo. É esse documento que deverá indicar os rumos que deverão ser seguidos pelo Clube de Paris e bancos privados. Até agora, o Clube de Paris vinha se orientando através de um documento muito crítico do FMI sobre a evolução da situação econômica brasileira, mas preparado antes do Plano Cruzado III, portanto superado. O trabalho da missão do FMI será mais decisivo pois vai analisar as medidas de recuperação econômica inseridas no novo plano.

Reali Junior, de Paris

jogo MARCO ANTONIO ROCHA ECONÔMICO

Ruim com ele, pior sem ele, eis aí!

Apesar das explicações oficiais, não deixa de ser estranha essa decisão do Banco Central de suspender o pagamento do principal aos membros do Clube de Paris. Não porque seja uma medida errada — já foi adotada uma vez, na gestão Fernando Bracher. Mas, se a balança comercial está melhorando, se a economia está entrando em recessão (portanto, reduzindo importações e aumentando exportações), se as reservas cambiais tendem a se recuperar, e, além de tudo, o Brasil pretende reencetar negociações com os credores, para que esse gesto que somente cria marola? Será só para efeito interno? Vamos aguardar para conferir.

Fontes fidedignas (na medida em que ainda é possível ser fidedigno atualmente) asseguram ao colunista que essa missão do FMI que está em Brasília não está apenas coletando números para fazer relatório. Está trocando idéias com o pessoal do Banco Central e do Ministério da Fazenda sobre o programa de consistência macroeconômica que o ministro Bresser tanto tem anunciado. A troca de idéias se destina a eliminar de vez a hipótese de o programa se tornar inaceitável para o FMI e não receber seu apoio. Se isso acontecer estará comprometida a intenção de Bresser Pereira de "rolar" 7,3 bilhões de dólares de juros deste ano e do próximo, nas negociações com os bancos privados. E sem essa rolagem o programa macroeconômico fica inconsistente. Bastante inconsistente. Para restaurar sua consistência — sem aquele refinanciamento — seria necessária uma dose muito mais truculenta de arrocho interno.

Nem o ministro nem o governo conseguem dizer as coisas claramente. É verdade que a frente externa está razoavelmente serena, há uma ansiedade dos credores para que o Brasil retome, pelo menos em parte, os pagamentos de juros e este é o nosso trunfo. Mas também é verdade que sem algum apoio deles o governo não consegue recompor um mínimo da sua capacidade de investimento em setores essenciais e isso, a médio prazo, aprofundará inexoravelmente a recessão econômica. Além disso, o Banco do Brasil Internacional, sendo o maior credor externo do Brasil e tendo que se comportar lá fora não como um banco brasileiro mas como um banco (tout court), é uma espécie de refém da comunidade financeira mundial. Quanto mais tempo se prolonga a suspensão do pagamento de juros mais estarão ameaçadas as finanças do Banco do Brasil — lá fora, e por consequência aqui dentro. Por isso, o ministro quer reduzir o volume do interbancário, como disse aos deputados no Congresso, mas sem explicar muito bem. É para tirar o pé do BB da armadilha. O interbancário ao mesmo tempo em que serve de colchão para as reservas brasileiras mantém o BB solidário ao sistema financeiro internacional —, uma situação ambivalente que impede que a atitude da moratória seja levada ao seu limite externo, ou seja, ao eventual rompimento com a comunidade financeira mundial. Por isso, a moratória brasileira nunca chegou realmente a assustar os credores, e se você tem uma arma que não assusta, nem adianta brandi-la.

De qualquer modo, na frente externa há uma engrenagem que já está em marcha, na direção de um acerto (mais um) provisório.

O principal problema é antigo. Continua a ser o ajuste interno e o "choque no déficit público". Uso a expressão entre aspas porque foi o próprio ministro Bresser Pereira que a mencionou ao desmentir, antes do dia 12 de junho, que haveria novo choque na economia. Ele afirmou, na ocasião, que o único choque que estava sendo preparado era sobre o déficit público. Ninguém viu nem sentiu esse choque ainda. E, estranhamente, estava ausente da exposição do ministro aos deputados. Dizem que ele já teria perdido essa batalha. Não creio. Ele é pertinaz. E o seu trunfo é que não há alternativa para ele: após-moile deluge! Se a inflação cair bastante como ele espera — e deve acontecer agora em julho —, o déficit do setor público melhora um pouco. De modo que, taticamente, Bresser pode ter deixado de forçar a barra nessa direção para não entrar em conflito desnecessário, por enquanto, com a máquina burocrática e o clientelismo governamental. Ele sabe, no entanto, que se essa questão não for enfrentada a queda da inflação será apenas episódica.

Os conceitos por ele emitidos na exposição autorizam a imaginar que ele sabe perfeitamente o que é que os contribuintes deste país esperam dele, e mais ainda, que o rigor nos gastos públicos tornou-se elemento essencial de qualquer política econômica, dele ou de outro ministro.



Para "enfrentar as feras", que são os credores do Brasil, o FMI e o governo norte-americano, "será absolutamente indispensável que nossos negociadores se apresentem com os primeiros resultados concretos da implantação do plano econômico", concluiu a comissão especial do Senado sobre a dívida externa, que volta hoje ao Brasil para recomendar que o ministro Bresser Pereira não venha já aos Estados Unidos, como planeja, mas que espere um pouco mais.

Quer dizer que vocês vão propor que as negociações só comecem dentro de três meses, no mínimo? — perguntou a imprensa aos senadores Carlos Chiarelli, presidente da comissão do Senado, e Virgílio Távora, ontem à tarde, na Embaixada do Brasil em Washington (os outros dois senadores, Fernando Henrique Cardoso e Raimundo Lira, tinham há pouco abandonado a entrevista coletiva para "um compromisso importante").

Pode haver contatos, para medidas protetórias. Mas negociações, não. Elas têm que ser substanciais. Temos que vir com munição", disse Chiarelli. "Vai ser preto no branco", acrescentou Virgílio Távora.

Esta é a conclusão da comissão do Senado?

"A negociação será o sucesso do plano. Os seus resultados, assim que possam ser avaliados, abrirão a porta definitiva. Sentimos o clima. Verificamos as alternativas. Testamos determinadas fórmulas. Já transmitimos certas informações para o Brasil. Temos consciência de que se o plano der resultados será muito melhor para che-

concorda com as teses do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, de que "a negociação da dívida tem de ser abordada pelo lado político".

Moisés Rabinovici, de Washington.

Ao lembrar que 77% da dívida externa brasileira está vinculada a juros flutuantes, ajustados semestralmente, Freitas diz que o País busca agora prazos mais longos para o pagamento e o refinanciamento automático para a defesa das flutuações, além de uma nova sistemática de refinanciamento com a transformação de parte dos juros em novo empréstimo. Lembrou, a propósito, que no mercado financeiro norte-americano os juros não podem ultrapassar certo limite, no caso de empréstimos hipotecários para casa própria com financiamento de 25 a 30 anos, sem a contrapartida de um refinanciamento automático para o mutuário.

Este "caroço", culpa dos EUA?

O Brasil sofre de um excesso de endividamento de US\$ 30 bilhões, causado pela "política monetária dura e rígida, adotada pelo governo dos EUA entre 1981 e 1982. Sob o argumento de combater a inflação, os EUA fizeram com que as taxas de juros subissem de forma astronômica, inviabilizando a nossa situação". A opinião é do diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, ao boletim oficial de circulação interna Linha Direta, publicado ontem. Na entrevista, Freitas chama de "caroço" da dívida, esse endividamento excessivo.

Para o diretor do BC, o desenvolvimento recente do País baseou-se na contratação de empréstimos externos, que no entanto não impediram o fracasso desse projeto por causa do aumento "exagerado" dos juros. Eis por que Freitas